

AÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A INCLUSÃO: A avaliação de Adolescentes Familiares de Privados de Liberdade a partir de um Grupo Focal

Thamara Regina Moraes da Silva

UFPA

thamarareginam.dasilva@gmail.com

Maria do Socorro da Costa Coelho

UFPA

socorrocoelho@gmail.com

Aline Gomes de Souza

UFPA

aline.souza@neb.ufpa.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O resumo em tela tem como foco a reflexão das ações da gestão de escolas para à inclusão de estudantes adolescentes com familiar em situação de privação de liberdade, inscritos no projeto de extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA) “As Dores da Alma”.

O enfoque neste objeto se deu em razão de que os familiares de privados de liberdade, em especial as crianças e os adolescentes, passam por diversos desafios oriundos do encarceramento de seus familiares. Pesquisas abordam os efeitos da prisão de um familiar na vida desses sujeitos, os quais são o *bullying*, estigma, preconceito e exclusão (Schilling e Myiashiro, 2008; Abrão, 2010; Lyra e Baumer, 2011; Guimarães, 2021; Vilar, 2022; Lira, 2023).

Portanto, pensamos que a escola, a partir do direito à educação básica posto pela Constituição Federal de 1988 com a promoção do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988), deve receber a todos. Isso sem fazer discriminação de raça, classe, gênero, sexualidade, deficiências, com um ensino igualitário a toda diversidade de sujeitos para estes permaneçam na escola.



Para tanto, consideramos que a gestão democrática da escola tem papel fundamental ao fazer a aproximação dos sujeitos da comunidade escolar com a mesma (Tezani, 2009). Assim, deve haver uma participação em que se dá responsabilidade a todos nos integrais aspectos da escola, como na determinação dos objetivos, soluções de problemas, criação dos planos de ação, com suas execuções, acompanhamentos e avaliação (Tezani, 2009).

Destarte, para a escola ser de fato inclusiva e para todos, é fundamental que seja democrática, que aproxime a família com a escola, seja no sentido delas serem chamadas para esta e, também, serem bem recebidas nelas; possibilite a participação nas decisões, por meio dos conselhos escolares e/ou associação de pais e mestres e; promova relação de respeito entre escola-adolescente e escola-família.

Considerando a importância da inclusão escolar, promovida pela gestão democrática e a exclusão do público de adolescentes familiares de sujeitos em situação de privação de liberdade, levantamos o seguinte problema: quais as ações de inclusão escolar promovidas pela gestão da escola básica aos adolescentes familiares de privados de liberdade inscritos no projeto de extensão da UFPA “As Dores da Alma”?

Com o intuito de responder ao problema, realizamos um Grupo Focal (GF), dado que é uma técnica a qual tem capacidade de emergir diversos pontos de vista e processos emocionais que levam a captação de significados, como expõe Gatti (2005), que são difíceis de serem manifestados por outros meios. Para a análise das informações obtidas, utilizamos a Análise de Conteúdo temática de Bardin (1977).

DESENVOLVIMENTO

A seguir, apresentamos resumidamente a execução do GF e um recorte da análise de conteúdo das informações obtidas, a partir das falas dos adolescentes a respeito da sua avaliação sobre as ações de inclusão da gestão escolar.

O GF ocorreu com cinco adolescentes do gênero masculino, inscritos no projeto de extensão da UFPA “As Dores da Alma”. Na época da pesquisa (2025), os participantes tinham idades entre dez e 19 anos e moravam nos bairros do Telégrafo e da Pedreira, todos matriculados na escola básica e pública.



Na execução do GF, se iniciou com a dinâmica do jogo dos cartões. A eles foram entregues três cartões (“**concordo**”, “**não concordo**” e “**concordo mais ou menos**”). Foram feitas algumas afirmações, as quais poderiam ser confirmadas, negadas em parte ou negadas totalmente a partir dos cartões.

A segunda dinâmica foi a do Grupo Focal em si, com o jogo da Batata Quente. Uma bola passou de mão em mão enquanto uma música tocava, quando a música parou, quem estava com a bola na mão teve que discorrer sobre as afirmações feitas no momento anterior.

A seguir, o roteiro de afirmações:

- 1- Me sinto incluído nas atividades da escola.
- 2- Sinto que meus colegas me tratam como tratam os outros colegas.
- 3- A direção da escola está presente na minha rotina escolar.
- 4- Meus colegas, professores e direção da escola sabem que sou familiar de privado de liberdade e me tratam igual ao tratamento que dão aos demais alunos.

Após a realização do GF, iniciamos a análise de conteúdo.

Iniciamos com a pré-análise; foram feitas a leitura flutuante do material, a escolha dos documentos a serem submetidos à análise (a transcrição completa das falas dos adolescentes), formulação das hipóteses e dos objetivos, elaboração de indicadores que fundamentaram a interpretação final e preparação do material.

Levantamos a hipótese de que há indícios tanto de ações de inclusão escolar quanto ações de exclusão escolar feitas pela gestão das escolas que os adolescentes estudam ou estudaram, a partir de suas avaliações.

Os indicadores foram elaborados de modo que fizessem alusão à temática inclusão e exclusão escolar: 1) falas sobre a (não) participação nas atividades escolares; 2) relação com colegas de turma; 3) relações com professores; 4) relações com a gestão.

Em seguida, deu-se a codificação a partir da unidade de registro temática. Após isso, iniciamos a categorização, considerando os critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e produtividade em sua elaboração.

Registramos 51 temas catalogados em cinco categorias, as quais:

- 1) Inclusão e Participação Escolar;
- 2) Exclusão e não Participação Escolar;



- 3) Relações Interpessoais no Ambiente Escolar;
- 4) Efeitos das ações de inclusão escolar;
- 5) Extensão do sofrimento do cumprimento da pena do familiar.

A título de exemplificação, no quadro a seguir, apresentamos a incidência dos temas mais frequentes encontrados nas falas dos adolescentes.

Quadro n. 1 – Categorias de análise x temas x incidência

CATEGORIA DE ANÁLISE	TEMAS ENCONTRADOS NO GRUPO FOCAL	INCIDÊNCIA
Inclusão e Participação Escolar	Inclusão escolar	7
	Presença da gestão na vida escolar do aluno parente do PL	3
	Presença dos professores na vida escolar do aluno parente do PL	3
Exclusão e não Participação Escolar	Exclusão nas atividades por vontade própria	5
	Sem atividades de inclusão	5
	Exclusão de atividades	3

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Com base na inferência dos dados, citamos a principal constatação obtida. As categorias “Inclusão e Participação” e “Escolar Exclusão e não Participação Escolar” foram as de maiores incidências temáticas nas falas dos adolescentes (13 repetições). Dessa forma, notamos a existência tanto de ações de inclusão quanto a inexistência dessas e, ainda, ações de exclusão nas escolas que estes adolescentes estudam ou estudaram.

A respeito da primeira, no tema inclusão escolar, um dos participantes relatou:

Eu repeti dois anos. Eu tinha treze anos de idade. Eu pensei em parar de estudar, em não dar continuidade aos estudos. [Os gestores] deram toda força pra eu continuar.

Nesse viés, sobre a presença da gestão, Tezani (2009, p. 3) ao tratar dos passos necessários para a construção de uma escola inclusiva, aponta que “o terceiro passo envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola”. Isto



é, a escola, também na figura da sua gestão, precisa construir a ponte de comunicação, de presença.

Contrapondo essa experiência, um dos participantes expôs, sobre a participação de atividades em grupo: “*olha, eu não sou de fazer trabalho em grupo.*” Quando se indagou se a professora questiona o fato dele fazer as atividades sem os outros colegas, ele respondeu “*não, ela fala que se eu quero fazer sozinho [não tem problema]*”.

Lira (2023) discorre sobre esse silêncio que os familiares de pessoas presas têm como mecanismo de defesa, inclusive tratando de como é comum essas pessoas mentirem sobre o encarceramento do seu familiar. Segundo a autora,

Não raro, como um mecanismo estratégico de defesa diante da exclusão e morte social que enfrentam, os filhos, mães, familiares como um todo de prisioneiras mentem sobre a condição em que elas se encontram, num esforço para diminuir os estigmas que eles, enquanto emocionalmente próximos, também carregam. Além da mentira, o silêncio também é uma tática vista como uma saída recorrente diante da culpa que as mães carregam pelos destinos das suas filhas. (Lira, 2023, p. 36-37)

Partindo da análise dessas duas categorias, constatamos a presença de uma dicotomia entre as ações de inclusão das escolas em que estes estudam/estudavam. Enquanto umas não têm ações da gestão voltadas para a inclusão dos adolescentes os quais são familiares de privados de liberdade, outras promoveram ações inclusivas.

Sendo assim, as escolas excludentes reforçam situações de preconceito e estigma, falhando com a máxima do direito à educação, aquelas que a gestão escolar é voltada para a inclusão desse público são um destaque. Isto, visto que, além da promoção do direito a educação para todos, elas propiciaram um acolhimento e não foram reprodutoras de um sistema que os estigmatiza.

CONCLUSÕES

As falas dos adolescentes revelam avaliações mistas: dois participantes reconhecem poucas ações positivas em escolas anteriores, mas não identificam iniciativas de inclusão nas instituições atuais. Nos outros casos, além da ausência de ações inclusivas, há relatos de exclusão e de um ambiente escolar desfavorável, evidenciando uma realidade que precisa ser apontada. Observamos que a falta de inclusão gera afastamento, estigma e preconceito, enquanto experiências inclusivas, tanto nas relações quanto nas práticas educativas, promovem pertencimento e valorização da educação. Assim, adolescentes incluídos tendem a projetar continuidade



nos estudos, enquanto os excluídos enfrentam barreiras. Concluímos que ações de gestão escolar voltadas à inclusão são essenciais para garantir permanência, combater estigmas e assegurar o direito à educação.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, M. J. **As implicações do aprisionamento dos pais no direito à educação e a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em regime de abrigo na cidade de São Paulo**. 2010. 148 p. Dissertação. Mestrado em Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. ISBN 972-44-0898-1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências humanas**. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

GUIMARÃES, A. P. A. **Filhos e filhas de pai ou mãe encarcerado: implicações do cárcere no contexto destes sujeitos**. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

LIRA, T. B. **O encarceramento da população feminina e seus reflexos: uma análise dos efeitos do cárcere na educação dos filhos destas mulheres**. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos). –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

LYRA, L. R.; BAUMER, G. C. **Bullying e filhos de presidiários no ensino fundamental: algumas reflexões**. Colóquio Internacional de Educação e Seminário sobre Indicadores de Qualidade do ensino fundamental, v. 1, p. 609-618, 2011.

SCHILLING, F.I.; MYIASHIRO, S. R. G. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, mai./ago. 2008.

TEZANI, T. C. R. A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais?. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 6, p. 41–61, 2009. DOI: 10.22633/rpge.v0i6.9249. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9249>. Acesso em: 16 nov. 2024.



VILAR, C. J. S. **Crianças filhas de pais encarcerados na rede municipal de ensino de Piraquara-PR em 2019**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 100. 2022.

GUIMARÃES, A. P. A. **Filhos e filhas de pai ou mãe encarcerado: implicações do cárcere no contexto destes sujeitos**. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

